



Boletim Goiano de Geografia

E-ISSN: 1984-8501

boletimgoianogeo@yahoo.com.br

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Gonçalves de Araújo, Nancy

A industrialização no Ceará: breves considerações

Boletim Goiano de Geografia, vol. 27, núm. 2, enero-junio, 2007, pp. 97-113

Universidade Federal de Goiás

Goiás, Brasil

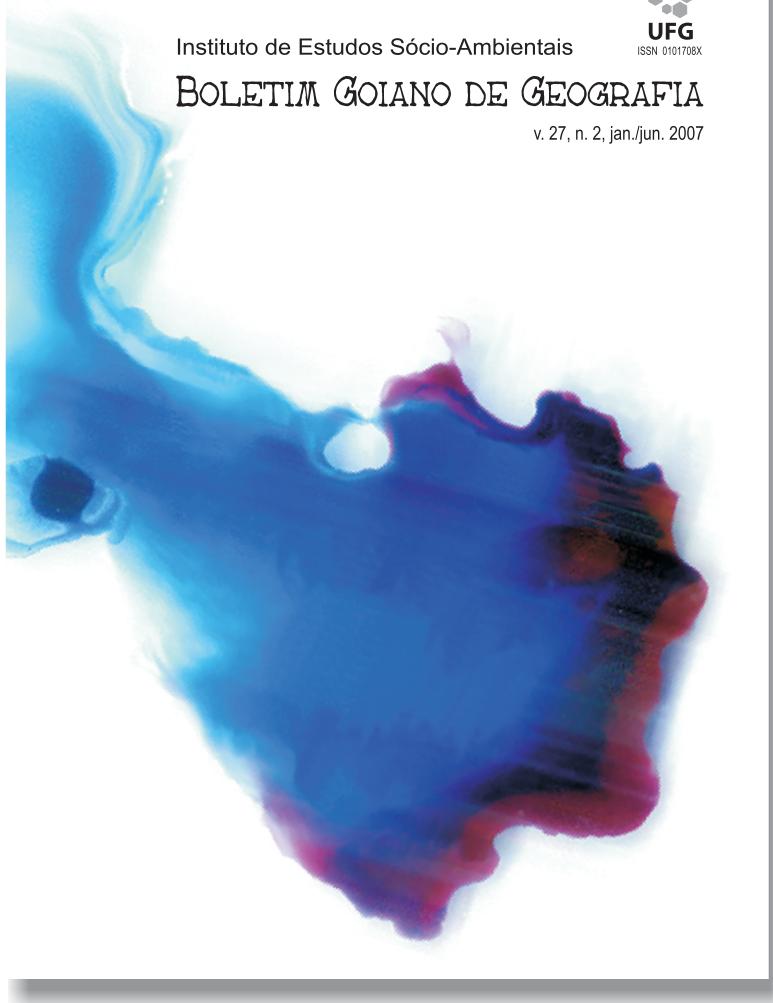
Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337127147004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Instituto de Estudos Sócio-Ambientais



ISSN 0101708X

BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA

v. 27, n. 2, jan./jun. 2007

Artigos

A industrialização no Ceará: breves considerações

The industrialization on Ceará: brief considerations

Nancy Gonçalves de Araújo - Universidade Estadual do Ceará

nancy.geo@bol.com.br

Resumo

O presente artigo trata da industrialização cearense e seus aspectos econômicos, políticos e espaciais, que acontecem a partir do governo de Virgílio Távora, tendo como referência histórica mais marcante o "Governo das Mudanças" que corresponde aos mandatos dos governos do Tasso Jereissati e Ciro Gomes no período de 1987 à 2002, representando os interesses da burguesia industrial do Ceará. É neste momento que a Região Metropolitana de Fortaleza torna-se mais dinâmica econômica e espacialmente, atingindo grande envergadura nacional. Com isto, queremos demonstrar como o processo econômico age superando os limites territoriais, tornando a reorganização do espaço o seu principal elemento de ações e sua principal consequência. Para tal, a metodologia deste trabalho priorizou a pesquisa documental e estatística de reconhecidas instituições governamentais, como o IPLANCE e IBGE. Além da pesquisa de campo com aplicação de entrevistas semi-estruturadas com representantes de algumas empresas e instituições não-governamentais. Através do quadro analisado, percebemos que os fenômenos ocorridos no Ceará representam à dinâmica do trabalho submetida aos ditames do capital.

Palavras chaves: espaço, industrialização e Ceará.

Abstract

The present paper approaches the industrialization on Ceará and its economic, politics and spatial aspects, which occurs since on Virgílio Tavora's government, having as main marking historical reference the "Govern of Changes", which corresponds to Tasso Jereissati and Ciro Gomes' government between 1987 and 2002, representing the industrial bourgeoisie of Ceará. At this moment, the Metropolitan Region of Fortaleza becomes more economically and spatially dynamic, reaching large national dimension. So, the research shows how the economic process works overcoming territorial boundaries, making the space reorganization its main element of actions and its main consequence. The methods adopted to this work has prioritized documental and statistic sources of recognized governmental institutions, like IPLANCE and IBGE. In addition field researches with interviews applications semi-structured with representative agents from some companies and non-governmental institutions were carried out. Through the analyzed board, is possible to see that the phenomena occurred on Ceará represents the dynamic of work dominated by the rules of the capital.

Key-words: space, industrialization and Ceará.

Introdução

Este artigo é um estudo sobre a industrialização cearense e seus aspectos econômicos, políticos e espaciais, a partir do governo de Virgílio Távora, tendo como referência histórica mais marcante o Tasso Jereissati. O período é importante porque nele o Estado passa a sofrer ações “modernizadoras”, dá-se a implantação de idéias neoliberais, e a Região Metropolitana de Fortaleza torna-se mais dinâmica, econômica e espacialmente, atingindo envergadura nacional.

O Governo das Mudanças corresponde aos mandatos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes, representantes dos interesses da burguesia industrial do Ceará, entre os anos de 1987 à 2002. Uma industrialização tardia tem como uma das principais características a predominância de micro e médias empresas de capital local.

A configuração de nova organização espacial ocorre devido aos interesses do capital que promove a industrialização. É necessário organizar o espaço para a produção e reprodução. O espaço geográfico é condição e produto das relações sociais de produção e passa a ser modificado.

E como organizar um “espaço”, de pouco dinamismo econômico, conhecido no contexto cearense pela situação de pobreza, por apresentar relações de trabalho pré-capitalistas e por possuir setor financeiro pouco desenvolvido? A saída é a utilização dos recursos públicos, de grande importância para a região. Assim, destacam-se os programas do Estado que têm como agentes financeiros o Banco de Brasil (BB), Banco do Nordeste (BNB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além da atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, importante para a configuração atual da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF e do Ceará.

Além disso, cita-se também a política implantada pelo governo que objetiva a transformação do Estado em III Pólo Industrial do Nordeste, fortalecendo o parque industrial, a implantação e a consolidação dos distritos industriais. Com essa finalidade, são criados mecanismos para liberação de recursos, entre eles, destacamos o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI. Além da criação de importantes obras infra-estruturais que possibilitam, ao Ceará, vantagens sobre as empresas do Sul e Sudeste que também exportam para os Estados Unidos da América, como o Aeroporto Pinto Martins e o Porto do Pecém.

Com isso, quer-se demonstrar como o processo econômico age superando os limites territoriais, tornando a reorganização do espaço principal elemento de ações e sua principal consequência.

Para tal, a metodologia deste trabalho priorizou a pesquisa documental e estatística (teses, periódicos, livros, relatórios, mapas, atlas, censos, diagnósticos, etc.) de reconhecidas instituições governamentais, como IPLANCE e IBGE. Posteriormente, é realizada pesquisa de campo e entrevistas semi-estruturadas com representantes de empresas e de instituições não-governamentais.

Industrialização do ceará e o governo das mudanças

A indústria modifica a base socioeconômica dos municípios. Ela assume o comando da economia local e configura-se como importante elemento da organização espacial, confirmando a idéia de Carlos (1992, p. 38), ao afirmar que “o rápido crescimento industrial traz à cidade mudanças significativas, tanto no que se refere ao modo de vida da população, quanto ao processo espacial. A atividade industrial assume o papel de comando na reprodução espacial.”

Na análise do processo de industrialização do Ceará, adota-se a periodização proposta por Amora (2005, p. 371), que identifica três períodos de implantação da indústria do Ceará:

No Ceará, em geral, identificam-se três períodos de implantação industrial que correspondem a momentos distintos da divisão internacional e nacional do trabalho: o primeiro, inicia-se no final do século XIX e estende-se até os anos de 1950; o segundo, compreende os anos de 1960 até meados da década de 1980, quando começa um terceiro período, ainda em curso.

O último tem maior relevância para a pesquisa, devido às ações “modernizadoras” e impacto no território, às idéias neoliberais e importância para a dinamização da RMF, devido aos fatores anteriores. O seu papel, na história cearense, é tão destacado que esse período passou a chamar-se “Era das Mudanças” ou “Governo das Mudanças”.

No entanto, anteriormente, o período coronelista teve importantes contribuições para o quadro econômico e a organização espacial do Estado, pois oferece as condições necessárias para o terceiro período modificar o perfil da economia cearense e implantar um conjunto de fixos e fluxos, até então

desconhecidos do território. Por isso, mencionam-se rapidamente obras importantes para a compreensão do espaço cearense e da (re)produção social.

Virgílio Távora governa por duas vezes o Ceará. O primeiro mandato ocorre entre os anos de 1963 a 1966, por voto direto. O segundo período vai de 1979 a 1982, com indicação do presidente Ernest Geisel. Nesse governo, implantam-se importantes obras infra-estruturais, a exemplo do sistema Pacoti-Riachão e da conclusão do I Distrito Industrial do Ceará e a energização rural.

Além disso, Virgílio promove a construção de rodovias ligando cidades do interior, do Baixo Jaguaribe que, algumas décadas mais tarde, torna-se um “novo espaço da produção globalizada” no Estado do Ceará e atrai grandes grupos indústria como a Grendene.

Embora as obras fossem em todo o Estado, prioriza-se a RMF, principalmente após sua institucionalização em 1973. As obras, nesse período, começam a conferir, a Fortaleza, as primeiras características de região metropolitana. Nesse sentido, podemos ainda citar a criação dos conjuntos habitacionais, iniciados a partir da década de 1970 e, desde então, não pararam mais devido à necessidade de suprir a demanda por habitação, intensificada pelas migrações. Em destaque inicialmente as cidades de Caucaia, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba, como as primeiras da região metropolitana a possuírem está criação do capital para abrigar a mão-de-obra, diminuindo despesas com deslocamento e formando um mercado consumidor para os produtos, como destaca Bernal (2004).

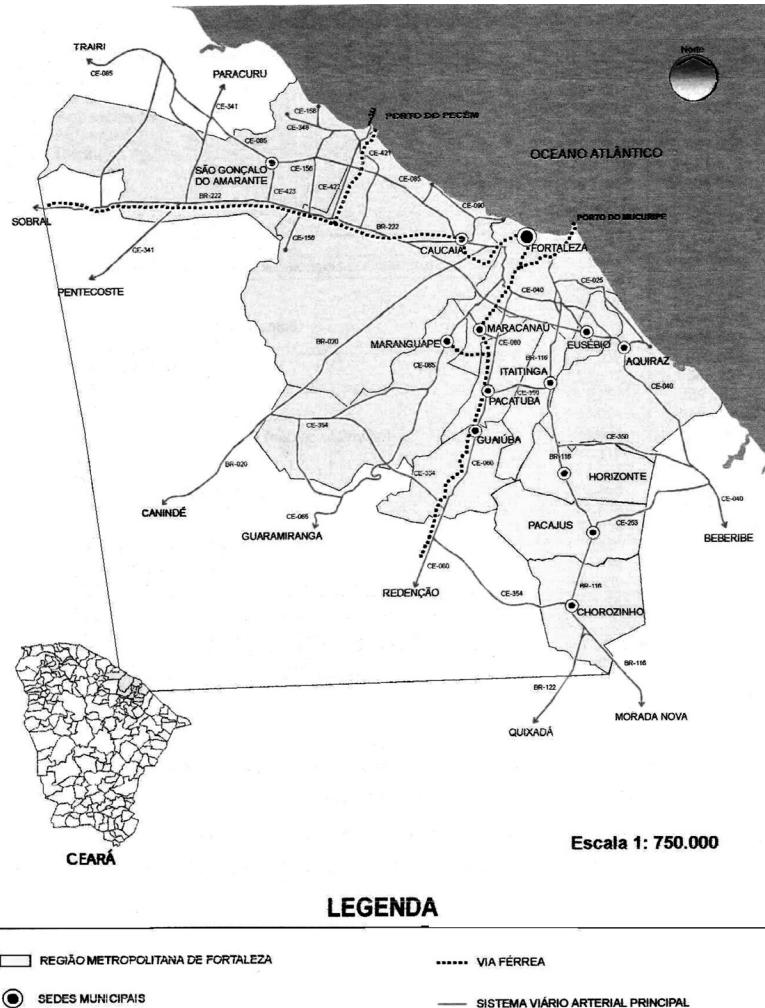
Nesse governo, começa uma das marcas das políticas de desenvolvimento adotadas no Estado e para o Nordeste: a política de incentivos fiscais, relacionada com a criação de ideologia que coloca a indústria como elemento capaz de promover transformação da economia, geradora de emprego e renda.

A política implantada pelo governo objetiva a transformação do Estado em III Pólo Industrial do Nordeste, fortalecendo o parque industrial, a implantação e a consolidação dos distritos industriais. Com essa finalidade, são criados mecanismos para liberação de recursos que possibilitam a concretização do III Pólo Industrial do Nordeste, entre eles, o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI) que, de acordo com Carleial (1983), consegue ser mais eficiente que as ações empreendidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Banco do Brasil - BB, Banco Nacional de Desenvolvimento e Social - BNDES, Banco do Nordeste - BNB e outros órgãos que também oferecem recursos para empreendimentos. No entanto, a meta não foi atingida, pois os investimentos se concentram em

atividades de certa tradição relacionada às vocações produtivas do Estado, dessa forma, ficaram concentradas nos setores têxtil, alimentar e calçadista.

Essa rápida passagem é significativa na medida em que as obras vão dando, ao Estado, as primeiras condições para a constituição do atual arranjo espacial do Estado e da Região Metropolitana de Fortaleza (FIGURA 01).

Figura 01 - Mapa da Divisão Política Administrativa da RMF de 2005



Fonte: Adaptado do PDDU de Horizonte

Mesmo tendo esse papel, somente com as condições políticas do País com o processo de redemocratização, a eleição do empresário Tasso Jereissati e com a política adotada, o Ceará atinge novo patamar de “modernização”. No governo, ocorrem as reformas propiciadas em períodos anteriores.

Em 1986, o governador Tasso Jereissate inicia o mandato com o objetivo principal de inserir no Estado no modelo de mundialização da produção, visando aumentar a produtividade e rentabilidade do capital. Com essa finalidade, governo assume os princípios do neoliberalismo ao tornar o papel do Estado cada vez menos voltado para o social e ao possibilitar a fluidez do capital no território cearense.

O Estado passa a ter, cada vez mais, elementos característicos da reestruturação produtiva e da mundialização, devido às condições políticas adotadas, isto é, políticas neoliberais. Behring (2003, p. 58) fala a respeito das “orientações/condições” das políticas neoliberais, com a finalidade de inserção do país no capitalismo contemporâneo, de forma a ter participação efetiva, uma vez que, direta ou indiretamente, todos os locais pertencem à lógica do capital, mesmo que sejam espaços de reserva esperando o momento de o capital valorizá-lo.

As políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilização e competitividade.

Para isso, é necessário que o governo dote o Estado de infra-estrutura para permitir a “livre” circulação e a expansão continuada do capital. Neste sentido, implantam-se três eixos principais para as ações: a interiorização da indústria, pela implantação de novas indústrias e modernização do atual parque industrial; modernização da agricultura, pelo agronegócio e turismo, com a instalação de equipamentos necessários para a inserção das áreas litorâneas na rota nacional e consequente expansão do comércio e dos serviços.

Mesmo com os três eixos prioritários, a industrialização tem arrecadado maiores investimentos, pelo caráter de atração e concentração da atividade industrial e pelo discurso de produção de emprego e geração de renda. De acordo com Pereira Júnior (2005, p. 53),

Desde a emergência do ‘Governo das Mudanças’, a industrialização é abertamente um dos maiores interesses dos programas econômicos adotados pelo Ceará (...) a ação do Estado objetiva desenvolver mecanismos para a atração e

consolidação de investimentos industriais, sendo os incentivos fiscais, o apoio financeiro e a implantação de uma infra-estrutura básica de funcionamento suas principais preocupações.

A implantação das indústrias teve papel importante em relação à atual configuração espacial do Estado. Elas são um dos principais promotores de significativo aumento da população urbana, ao estimular a migração campocidade, da entrada de capital no campo, com o agronegócio e da modificação nas relações de trabalho.

Para entendimento de como a industrialização transforma a organização do espaço da Região Metropolitana de Fortaleza, há que se esclarecer alguns questionamentos: indagar a respeito de que industrialização se trata? Quais as características das indústrias instaladas no Ceará, em especial da indústria calçadista vinda de outros locais do País. O que elas buscam e o que o Estado oferece. Como vai ocorrer a divisão social e territorial do trabalho entre a capital e outras áreas da RMF. Como ocorre a expressão desses processos na paisagem.

Primeiramente, temos que considerar a importância das decisões políticas para a industrialização do Ceará, considerando a ligação entre as decisões tomadas no Nordeste e em nível nacional. Somente dessa forma, vislumbramos o motivo da migração de investimentos de outros locais do país em direção ao interior do Ceará, mediante política de benefício fiscal entre as unidades da federação ou da unidade. Para o Estado e os próprios municípios são estratégias de atração industrial, respondendo à carência ocasionada por falta de programas de apoio à indústria em escala regional.

Atualmente, a configuração da RMF vem se modificando, pois a capital passa a desconcentrar atividades para outros municípios, o que justifica a inclusão de certos municípios na RMF. A indústria descentraliza e desconcentra sua atuação nos municípios próximos à RMF, devido às vantagens da proximidade com a capital e com os incentivos fiscais pela localização em cidades interioranas.

Além disso, o deslocamento das indústrias da capital ao interior do Estado é devido à facilidade de controle dos empresários nos locais, sem resistência sindical e a possibilidade de reduzir os custos da produção.

Nesse contexto, dá-se a migração de grupos industriais que possuem visibilidade nacional, em especial nos ramos têxtil e calçadista, atuando de duas formas: abrindo ou transferindo grandes fábricas para o território do Ceará, por exemplo, a Grendene (calçadista) em Sobral, o primeiro com sede no Corredor Horizonte-Pacajus e o segundo, em Sobral, caracteriza-

dos por significativo número de empregados do município e de municípios próximos.

O termo modernização deve ser utilizado com cautela. A ele se aplicam as modernas técnicas produtivas da agricultura, destacando-se o agro-negócio, cuja característica primordial é a exclusão da maioria da população que só tem acesso ao mínimo necessário para sua sobrevivência. Na atividade industrial do Estado, as alterações não se fazem com a implantação de modernas técnicas e/ou inovações, a exemplo da cibernetica, robótica e outros, ou mesmo com alterações nas formas de produção, senão pela integração de novas e velhas formas de acumulação do capital, na busca da ampliação das taxas de lucros.

Além disso, temos que considerar que as indústrias do Estado são as “tradicionais”, ou seja, têxteis, calçadista e alimentares, relacionadas com as práticas agrícolas típicas do Estado, a exemplo de produtos derivados do caju. Neste sentido, o capital de origem dessas empresas é prioritariamente local e significativa parcela fica no território. Mesmo as indústrias “tradicionais” imigrantes geram importantes mudanças, como o crescimento urbano, comprovadas pelas elevadas taxas de migrações, que ocorrem devido a vantagens locais que as tornam mais competitivas, em mercado sem fronteiras.

Nesse contexto, o Ceará passa por profundas metamorfoses, nos últimos anos, que o colocam como sujeito e objeto da expansão do capital, assumindo novo papel na divisão social e territorial do trabalho nacional. A esse respeito, Elias (2002, p. 11) coloca que:

O Estado do Ceará assume novo papel na divisão social e territorial do trabalho no Brasil e deve ser considerado como uma fração do espaço total do planeta, cada vez mais aberto às influências exógenas e aos novos signos contemporâneos. Como objeto e sujeito da economia globalizada, é um espaço que pouco possui de autônomo, pois não existe por si mesmo, de forma independente do resto do mundo, com o qual interage permanentemente no processo de acumulação de capital. No entanto, nos últimos quinze anos, é visível sua reestruturação econômica com objetivos claros de inserir-se no circuito da produção e consumos globalizados.

Ao pensar a interação permanente do Ceará com o resto do mundo, no processo acumulação de capital, temos que considerar a desconcentração espacial da indústria brasileira na década de 1990, para a evolução do sistema produtivo mundial, pois é configurado novo regime de acumulação.

Assim, as mudanças espaciais, no Ceará, fazem parte de nova configuração do ciclo produtivo do capital, de acordo com Benko (1999, p. 30), “as

mudanças geográficas dos espaços de produção coincidem com mutações maiores da organização da produção, que são por sua vez provocadas pelas exigências do novo regime de acumulação.”

Dessa forma, a migração das empresas calçadistas do Sul e Sudeste para a Região Nordeste é devido a vários fatores, como destacam Silva (2005), Pereira Jr. (2001), Sabóia (2001). O baixo custo de mão-de-obra abundante, os incentivos dos governos estaduais e as necessidades de uma produção destinada ao mercado externo. O último aspecto é de extrema importância para as indústrias com produção voltada para o mercado externo, a exemplo da calçadista.

Em escala nacional, a concorrência com outros países fez com que fossem reduzidos os custos de produção e transporte, cenário em que o Nordeste possui vantagens competitivas devido à sua localização privilegiada em relação aos Estados Unidos da América, principal importador e à infra-estrutura de portos e aeroportos. O Ceará tem dois portos grandes: do Mucuripe, em Fortaleza e do Pecém, a 60 km da capital, que teve o aeroporto reformado e adaptado para vôos internacionais, ainda na década de 90.

Com a crise estrutural do capital que causou forte redução de empregos, houve, paralelamente, aumento de empregos industriais, em locais que até então sem tradição industrial, criando aglomerações ou pólos industriais decorrentes das estratégias espaciais da produção.

Sabóia (2001, p. 05), ao tratar da descentralização industrial no país, coloca a contradição entre o aumento do desemprego, na maior parte do país, e a existência de locais em que a lógica é contrária, representando a nova lógica de acumulação capitalista.

Alguns estados têm se destacado, beneficiando-se do processo de descentralização industrial. Enquanto o emprego se reduz na maior parte do país, estados como o Paraná na região Sul, o Ceará no Nordeste e os vários estados da região Centro-Oeste mostram um grande dinamismo, recebendo novas empresas industriais e apresentando forte crescimento do emprego.

Este aspecto da realidade indica bem a lógica do capital que é representa a contradição. A partir disso, partimos para pensar a materialização da lógica do capital no lugar. Cada escala geográfica responde diferentemente, de acordo com as singularidades decorrentes das peculiaridades de sua história, da sua organização espacial, das relações estabelecidas e de outros aspectos que conferem, a cada parcela do espaço, um processo único. Assim, devemos pensar a realidade da Região Metropolitana de Fortaleza.

A constituição da região metropolitana de fortaleza e a industrialização

O padrão atual de organização espacial da RMF tem importante estímulo dos investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que, à época, propicia grandes investimentos, como os Distritos Industriais, o Porto do Pecém, entre outros.

Nela está concentrada a maior parcela de investimentos, dentre eles os principais investimentos industriais, que movimentam a economia do Estado. A partir da década de 1980, Fortaleza descentraliza as indústrias, em direção aos municípios da área de influência, à procura de reduzir os custos de produção, pela inclusão de áreas sem histórico nas lutas sindicais, ainda não atingidas pelas desvantagens da intensificação da urbanização.

Contudo temos que destacar o importante papel do Fundo de Desenvolvimento Industrial, pelo financiamento parcial do Imposto de Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS), oferecendo empréstimos de 45% do ICMS, com carência de 36 meses, para as empresas da RMF. Assim, algumas áreas, só posteriormente incluídas na RMF, tinham as vantagens da proximidade e os benefícios não inclusos na RMF, devido às políticas de interiorização das indústrias. O financiamento alcançou até cerca de 75% do imposto. Além disso, o deslocamento das indústrias da capital para o interior do Estado faz-se devido à facilidade de controle dos empresários, em locais sem resistência sindical e a possibilidade de reduzir os custos da produção. Como exemplo, podemos citar Pereira Jr. (2005, p. 62) ao tratar do Corredor Horizonte e Pacajus este afirma que “Horizonte-Pacajus dispunha das benesses oriundas da expansão do parque metropolitano de Fortaleza, mais os atrativos fiscais das regiões administrativas do semi-árido.”

Dessa forma, a configuração atual da RMF vem se modificando com a inclusão de municípios na RMF, especialmente a partir da década de 1980. Neste sentido, Silva (2005, p. 111) sintetiza e elucida o processo, ao afirmar que:

O processo de industrialização, por sua vez, modificou as estruturas internas do Ceará, no que se refere à sua realidade espacial. A partir dos anos 80, o processo de fragmentação metropolitana, associado a uma descentralização e desconcentração da indústria, resultou na escolha de cidades menores, para receber novos investimentos. O grande atrativo reposava nos incentivos fiscais, fundado o pressuposto do maior distanciamento da capital, *locus* preferencial dos investimentos. Já os empresários vislumbravam na política de interiorização da indústria, algumas vantagens, traduzidas em um maior distanciamento da luta sindical, redução dos custos de produção e, logicamente, maior lucratividade.

Lembramos que, na época de constituição oficial, a RMF, na década de 1970, não possuía características notórias de região metropolitana de fato, como acontecia com outras regiões, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro. Essas capitais atingiam, nessa década, enorme diversidade de espaço, a primeira com poder de atração em seu território e em todo território nacional.

No entanto, não podemos desconsiderar a importância da capital como núcleo gestor e administrativo da RMF, mesmo havendo desconcentração. O relatório da FIEC 2004-2005 destaca que:

o município perdeu posição nos últimos cinco anos. Assim, em 1999, Fortaleza era responsável por 48,04% do PIB industrial, por 61,10% do número de empregos formais da indústria e por 66,08% do número total de estabelecimentos do Estado. Em 2004, essas participações foram sensivelmente diminuídas para, respectivamente, 38,77%, 36,98% e 56,31%.

Além da importância de Fortaleza, em relação aos demais municípios, Silva (2005) destaca a existência da macrocefalia urbana, devido às atividades de comando e gestão na capital, configurando centro de comando e controle.

O papel do estado como promotor da industrialização e da acumulação do capital

O papel do Estado, como elemento promotor, facilitador e de fortalecimento do parque industrial do Estado e dos interesses do capital, constitui elemento de grande importância para a compreensão do quadro analisado. No entanto, fazemos uma ressalva, para qual nos apoiamos em Harvey (2005), que trata da importância do Estado, mas destaca que não podemos esquecer a concorrência entre capitais, os processos espontâneos.

Dessa forma, reconhecendo a complexidade da realidade e não querendo desconsiderar seus vários aspectos, neste momento, ressaltamos o papel do Estado para o crescimento econômico do Ceará, pois acreditamos ser essencial para a interiorização da indústria, devido às características de área periférica no contexto nacional.

Para compreensão dos processos socioespaciais do Corredor, temos que entender o papel do Estado como agente do processo de acumulação do capital, pela política de incentivos fiscais, dotando o território de infra-estrutura e demais formas de estímulo à industrialização.

Devemos pensar, como afirma Teixeira (1995, p. 10), a respeito da importância dos recursos públicos à região:

Numa região pobre onde dominavam relações de trabalho pré-capitalistas, com baixíssimos níveis de qualificação da força de trabalho, um setor financeiro pouco desenvolvido, além da quase total ausência de um setor produtor de bens de capital (máquinas, equipamentos, instalações etc.), a acumulação de capital dependia fundamentalmente dos recursos públicos.

Assim, destacamos que os programas do Estado têm, como agentes financeiros, o Banco de Brasil (BB), o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nesse sentido, alguns pontos comprovam e exemplificam o quadro.

De acordo com a FIEC, em seu relatório de 2004/2005, a indústria tem apresentado destaque no cenário econômico do Estado e seu papel tem crescido nos indicadores econômico e social, pois tem promovido a geração de empregos, como pode ser constatado a seguir:

A indústria tem apresentado uma relevante contribuição para a economia cearense. Nos últimos 20 anos, foi o setor que mais cresceu, dobrando de tamanho. Outros indicadores atuais também refletem a importância da indústria no cenário econômico estadual: contribuiu com 67,5% para o total das exportações, respondeu por 55,8% da arrecadação do ICMS, participou com 41,0% do PIB, respondeu por 28,1% do consumo total de energia elétrica, contribuiu com 21,4% da geração de empregos formais (com carteira assinada) e por 20,3% do pessoal ocupado.

Nesse mesmo diagnóstico, é constatada a queda de emprego das indústrias de calçados (-3,79%), mesmo verificando, posteriormente, que, em dezembro de 2005, o setor calçadista foi o mais importante no aspecto da geração de empregos formais, respondendo por 24,79% do total da indústria manufatureira estadual. Juntamente com as indústrias de vestuário (20,39%), produtos alimentares (15,94%) e têxteis (9,14%) representavam 70,26% do emprego formal da indústria cearense.

Pela tabela (TABELA 01), visualiza-se a importância das indústrias do Ceará, pela geração de emprego, devido ao caráter de utilização intensiva de mão-de-obra.

Tabela 01 - Número de Empresas e Pessoal Empregado Formal na Indústria de Transformação no Ceará em Dez/02, Dez/03 e Dez/04

Setores de Atividade da Indústria	Estabelecimentos (a)			Empregos		
	dez/03	dez/04	Variação (%)	dez/04	dez/05	Variação (%)
Minerais não-metálicos	511	500	-2,15	7.498	7.519	0,28
Metalúrgica	432	471	9,03	7.008	7.706	9,96
Mecânica	128	116	-9,38	1.927	2.196	13,96
Material elétrico e de comunicação	72	76	5,56	2.055	2.518	22,53
Material de transporte	132	136	3,03	1.526	1.790	17,30
Madeira	576	538	-6,60	1.690	1.808	6,98
Móveis	307	305	-0,65	3.450	3.553	2,99
Couros e peles	75	93	24,00	2.619	2.867	9,47
Química	100	97	-3,00	1.953	2.153	10,24
Perfumaria, sabões e velas	84	87	3,57	861	1.067	23,93
Produtos farmacêuticos e veterinários	22	30	36,36	2.059	2.256	9,57
Borracha	63	60	-4,76	1.259	1.549	23,03
Vestuário	1.943	2.029	4,43	34.457	36.374	5,56
Calçados	199	205	3,02	45.982	44.240	-3,79
Têxtil	271	244	-9,96	15.417	16.307	5,77
Produtos alimentares	1.245	1.309	5,14	29.414	28.442	-3,30
Bebidas	80	72	-10,00	4.596	5.020	9,23
Papel, papelão e celulose	57	56	-1,75	2.039	1.904	-6,62
Fumo	(*)	3	50,00	58	67	15,52
Editorial e gráfica	396	409	3,28	3.767	3.993	6,00
Matérias plásticas	111	114	2,70	2.858	3.050	6,72
Diversos	172	178	3,49	1.877	2.053	9,38
Total da Indústria	6.976	7.128	2,18	174.370	178.432	2,33

Fonte: Consultado no relatório da FIEC 2004-2005, elaborado a partir dos dados do RAIS.

Assim, confirma-se a importância das indústrias caracterizadas pela utilização de mão-de-obra intensiva, no Estado e no Corredor. De acordo com Pereira Jr (2005, p. 60), uma vez que “existem empresas com expressiva demanda por mão-de-obra, o que indica a presença de indústrias de trabalho intensivo, caracterizadas por baixo nível de automação e elevado contingente humano.”

Considerações finais

Compreendemos inicialmente que o espaço torna-se importante elemento para o desenvolvimento das atividades econômicas. As estratégias espaciais são elementos cada vez mais utilizados com a incorporação de novos paradigmas ao sistema capitalista que busca elevar a taxa de lucro, saindo do momento de depressão caracterizado pelo desemprego estrutural.

Neste sentido, podemos entender a criação de espaços produtivos, pontos luminosos ou mesmo, os circuitos espaciais da produção, como uma amostra da mobilidade pelos fluxos materiais e imateriais realizados a partir de redes, pela busca constante de maximização de lucros. É o capital promovendo novos arranjos espaciais, superando barreiras e descontinuidades geográficas, estabelecendo redes, com a única finalidade de atingir um novo patamar de circulação.

Assim, a migração de empresas do Sul e Sudeste para o Ceará tem trazido aumento de empregos diretos e indiretos, mesmo que alguns ramos industriais possuam sazonalidade no número de empregados, como a indústria calçadistas, por exemplo, a empresa Vulcabras (calçadista), no ano de 1996, abre filial no sul do Nordeste, no Corredor Horizonte-Pacajus. Com o aumento de empregos, os municípios têm aumento das taxas demográficas, com crescimento urbano, em locais próximos às indústrias, e aumento de consumo de bicicletas e lambretas utilizadas pelos trabalhadores como meio de transporte.

O papel do Estado, atuando como força externa ao lugar e apoиando o capital, é de fundamental importância para a compreensão das estratégias da acumulação do capital. O Estado que assume os princípios do neoliberalismo age, no sentido de propiciar a dispersão das diversas etapas da produção industrial, em diferentes localidades ou mesmo, deslocar ramos inteiros para lugares anteriormente opacos à produção, com o deslocamento dos recursos financeiros de ações sociais para a função privada, limitando as funções sociais ao mínimo necessário.

Outro aspecto é que a simples existência de expressivo contingente de mão-de-obra não significa que os possíveis trabalhadores sejam absoltos pelo processo, como é amplamente divulgado. Eles precisam ser antes moldados de acordo com as necessidades do capital. O quadro apresentado demonstra que mesmo as atividades que empregam mão-de-obra intensiva selecionam os trabalhadores. Não é uma simples incorporação e sim um “adestramento” do trabalhador.

O grande contingente populacional que é atraído para o lugar não está moldado a trabalhar na indústria e passa a se ocupar em outras atividades para sobreviver, surgem então os ambulantes (FIGURA 02) e outras atividades informais, antes desconhecidas do lugar, que se tornam cada vez mais comuns.

Em face desse cenário, vislumbramos as mudanças em curso que representam a confirmação de tendências e ampliação das técnicas de organização das normas do capital. No momento em que o capital busca ampliar seu controle, não interessa apenas o domínio do processo produtivo (atingido com a maquinaria), mas sim a captura de todos os aspectos da vida das pessoas. A lógica do sistema que busca maximizar lucros precisa controlar a mão-de-obra muito além do expediente de trabalho, necessita determinar e determina onde morar, como se deslocar, onde trabalhar, a que ter acesso, quando pode ter. Enfim, o controle se dá em todas as esferas da vida.

Enfim, o quadro retratado por este artigo representa a expressão de fenômenos territoriais e geográficos da dinâmica do trabalho submetida aos ditames do capital.



Figura 02 – Igreja Matriz do município de Pacajus, demonstrando a existência de vários ambulantes ao seu redor.

Foto: Nancy Gonçalves de Araújo 18/08/2006

REFERÊNCIAS

- AMORA, Z. B. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, J. B. da S. (org.) et all. *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.
- BEHRING, E. R. Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BERNAL, M. C. C. A metrópole Emergente: A ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Brasil S.A., 2004.
- BENKO, G. Economia, espaço e globalização. São Paulo: [s. n.], 1999.
- CARLEIAL, L. Avaliação da política industrial do Ceará: uma contribuição ao debate. Fortaleza: IEL/FIEC, 1983.
- CARLOS, A. F. A. A cidade. São Paulo: Contexto, 1992 (coleção repensando a geografia).
- ELIAS, D. e SAMPAIO, J. L. F. Modernização Excludente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002 (coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).
- FIEC. INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO CEARENSE 2004/2005. Fortaleza, 2005.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências)
- PEREIRA Jr., E. A. Industrialização e Reestruturação do Espaço - O caso de Horizonte-Pacajus-Ce. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UECE, 2001.
- PEREIRA Jr., E. A. Industrialização e Reestruturação do Espaço Metropolitano: Reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE). Fortaleza: EDUECE, 2005.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE (PDDU). Relatório de questões: módulo conceito. Horizonte: Governo do Estado do Ceará/Prefeitura Municipal de Horizonte, 2000.
- SILVA, J. B. da. A região metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, J. B. da S. (org.) et all. *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.
- TEIXEIRA, F. J. S. CIC: a razão esclarecida da FIEC. Fortaleza: IMOPEC/ ADUFC/ CUT/ CPT, 1995.
- SABÓIA, João. A Dinâmica da Descentralização Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia, 2001. (Texto para discussão. IE/UFRJ; n. 452). Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/publicacoes/discussao/td452.pdf>, consulta em 10 de janeiro de 2007.

Nancy Gonçalves é Mestranda em geografia da Universidade Estadual do Ceará, bolsista do CNPQ.

Recebido para publicação em novembro de 2006
Aceito para publicação em janeiro de 2007

